

FSM, amplificador de vozes contra a crise

ATILA ROQUE¹

No momento em que caminhamos para a realização do III Fórum Social Mundial (FSM), novamente na cidade de Porto Alegre, em janeiro de 2003, convém refletir sobre o seu significado diante do contexto internacional. A frustração e a crise de legitimidade que contaminam o atual sistema de governança global tornam urgente um trabalho de formulação de alternativas que permita superar o sentimento de impotência que experimentamos diante desta conjuntura.

Efetivamente o cenário mundial não deixa espaço para grandes ilusões. O unilateralismo extremado dos EUA sob a liderança de Bush – sustentado de maneira cada vez mais explícita pela reafirmação de poderio militar – alterou, de maneira radical, o contexto em que vivemos. O bipolarismo parece ter dado lugar a um novo tipo de império, no qual a potência hegemônica serve de suporte burocrático-militar para interesses financeiros e comerciais de natureza essencialmente globais.

O resultado mais dramático desse processo é o esvaziamento político das Nações Unidas. Desmoralizada pela sua incapacidade de fazer valer os compromissos mínimos – alcançados em longas e cansativas negociações internacionais – o principal organismo multilateral da ordem mundial entra no século XXI sob a maior crise política de toda a sua história. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em setembro na África do Sul, pode ser vista como um símbolo do fim de uma era de esperanças frustradas. Um período que ficou conhecido, entre os que acompanham o debate internacional, como “a década das promessas quebradas”.

Embora nada disso seja uma completa novidade, o fato é que a guinada do governo Bush em direção a um fundamentalismo unilateralista, especialmente no período pós-11 de setembro – que contou com momentos de truculência aberta, como foi a defenestração do embaixador Bustani da direção da agência da ONU que busca controlar a produção de armas químicas e biológicas –, imprimiu um ritmo acelerado à desmoralização do sistema. A pressão para que o Conselho de Segurança autorize a guerra contra o Iraque foi o último capítulo em uma estratégia que busca a submissão total da ONU aos interesses norteamericanos. Um cenário inimaginável pelo mais empedernido realista apenas alguns anos atrás.

Ordem danificada

As ilusões alimentadas, no início da década de 1990, sobre as possibilidades de edificação de uma ordem global mais democrática e de um sistema multilateral menos oligárquico caíram por terra nesse trágico começo de século. Os desequilíbrios e as desigualdades persistentes entre os países vêm sendo agravados, em vez de ponderados, pelo modo como operam os

organismos multilaterais. As negociações e os acordos que se dão no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) talvez representem o melhor exemplo das iniquidades vigentes, em prejuízo acentuado dos países menos desenvolvidos. A agenda democrática se depara, mais do que nunca, com a urgência de se repensar a arquitetura do poder mundial.

O processo de construção do Fórum Social Mundial ocupa um lugar central nesse esforço. A crise do sistema de governança global nos leva a refletir sobre a necessidade de uma esfera pública internacional não-estatal, capaz de acolher um processo de constituição e de fortalecimento de uma onda contra-hegemônica que ofereça alternativas à situação atual.

A gradativa captura dos organismos e instituições multilaterais pelos interesses econômicos e financeiros das grandes corporações internacionais – agravada pelo unilateralismo norteamericano e a cumplicidade maldisfarçada da Europa – está gerando um déficit de legitimidade institucional no sistema internacional de consequências imprevisíveis. O acirramento de conflitos sub-regionais, a tragédia do conflito Israel-Palestina, a intensificação das várias formas de fundamentalismos (civil e estatal), a guerra e a militarização dos conflitos sociais são alguns sinais de que a presente ordem global não vai nada bem.

Oferecer espaços para a reflexão crítica voltada à ação política constitui-se um dos mais importantes papéis a ser cumprido pelo Fórum Social Mundial. Herdeiro direto da onda de contestações ao modelo de globalização neoliberal, que cresceu ao longo da década de 1990 – e teve nas manifestações contra a OMC realizadas em Seattle, em novembro de 1999, seu momento midiático inaugural –, o FSM avança com a importância estratégica de expressar a multiplicidade de vozes que se insurgem contra o modelo dominante.

É justamente essa multiplicidade que se constitui em um dos elementos cruciais na metodologia na qual se baseia a organização dos trabalhos no FSM. O apreço pela diversidade, o esforço de permitir a máxima expressão possível das diferentes lutas e posições existentes, sem hierarquias ou dirigismos, vem transformando o FSM em um ponto de convergência das lutas civis contra a globalização neoliberal. Nos dizeres de Boaventura de Souza Santos:

“são tão variadas as lutas e as propostas de resistência que nenhuma vanguarda as pode unificar. As rebeldias têm de se encontrar a partir de baixo, da participação de todos” (O Novo Milênio Político, *jornal Folha de São Paulo*, de 10/04/2001).

A maior inovação do FSM talvez se encontre justamente no seu método, no esforço de se manter aberto à diversidade e à pluralidade de posições. Assim, pode ser classificado como uma experiência única. É o que aponta uma série de elementos: a ausência de uma declaração final; a organização de conferências e painéis – especialmente a partir da segunda edição do FSM, em

¹ Coordenador do Observatório da Cidadania/Brasil

janeiro de 2002 – de maneira a dar o máximo de visibilidade às propostas alternativas elaboradas pelas diversas redes civis internacionais e movimentos sociais; assim como o incentivo à livre manifestação de participantes, com a realização de centenas de oficinas e seminários.

Também merecem nossa atenção algumas outras características que reforçam sua qualidade de espaço público global. A primeira diz respeito ao seu duplo caráter mundial e civil. Esses dois elementos constituem o cerne do que podemos chamar de “o processo do FSM”. Mais do que um evento – ou mesmo um conjunto de eventos organizados em vários países – o FSM, especialmente a partir do segundo ano, vem buscando os meios de fortalecer tanto a sua dimensão mundial, quanto a sua natureza essencialmente civil.

Reforçar esses dois componentes é essencial na conformação de um processo dinâmico e aberto o suficiente para permitir maior interação e sinergia possível de lutas e dinâmicas originadas em diferentes contextos nacionais, regionais e internacionais. É também fundamental para possibilitar a mais plena expressão das propostas e idéias que têm origem em processos nascidos no âmbito das sociedades civis, sem com isso desmerecer o papel e a responsabilidade de outras esferas públicas, em particular os governos e os partidos políticos.

Ao contrário, o FSM busca justamente uma maior capacitação e o fortalecimento das organizações e movimentos civis para que o embate e/ou diálogo com as demais esferas possa ocorrer de forma construtiva e democrática. E, com isso, contribuir para a revisão do lugar e do papel ocupado por cada um desses agentes.

Revisão social

O FSM busca contribuir para a conformação de um poderoso movimento de opinião global que questione e crie constrangimentos aos principais agentes promotores do atual modelo de globalização, sejam governos, grandes corporações ou instituições multilaterais. É um processo de empoderamento das diferentes lutas sociais, por uma dinâmica de reconhecimento mútuo e confronto aberto de idéias. Uma nova ordem global, baseada em critérios mais participativos e equitativos, depende, cada vez mais, da existência de uma contrapartida na esfera da sociedade civil global.

O fortalecimento dos estados nacionais, em particular os do Sul, essencial a uma ordem multilateral democrática, depende de sociedades civis fortes e atuantes, tanto nacional quanto globalmente. O FSM permite, justamente, a convergência de diferentes processos, lutas e movimentos, criando um efeito disseminador de novas idéias altamente subversivo da lógica dominante, rompendo a camisa-de-força do modelo único.

A constituição, desde junho de 2001, de um Conselho Internacional (CI), que exerce, cada vez mais, a função de instância

principal de orientação política do FSM, foi essencial para impulsionar sua mundialização. Atualmente, cerca de 100 redes e organizações civis internacionais fazem parte do CI. O planejamento e a realização das diferentes edições regionais (Africano, Asiático, Europeu, Pan-Amazônico) e temáticas (Argentina e Palestina) do FSM, além do evento centralizado (FSM III), encontram-se sob responsabilidade direta do Conselho Internacional, com o apoio executivo da Secretaria Internacional, função atualmente exercida pelo Comitê Organizador Brasileiro.² Todos esses eventos – e não apenas o centralizado em Porto Alegre – formam parte integrante do que chamamos “o processo FSM”.

Outro aspecto que merece ser destacado: o FSM não é, nem deseja ser, uma rede internacional. Também não pretende ser uma espécie de “rede das redes” nem aspira qualquer ambição de se transformar em uma “coordenação internacional dos movimentos antiglobalização neoliberal”. Isso seria mortal para o método do FSM. Ele procura ser fiel às novas formas de atuação internacional implementadas pelas redes e movimentos civis, empreendendo um mínimo de estruturação institucional. A sua força mobilizadora se encontra organicamente vinculada ao sentimento de adesão voluntária e de afinidades de princípios entre os/as participantes.

Seu principal documento balizador é uma Carta de Princípios, aprovada pelo CI, que delimita os parâmetros, a natureza, os objetivos e o campo político do FSM. A Carta estabelece que o FSM é:

“um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.”

O documento também expressa o caráter não-deliberativo do FSM, e afirma que este *“não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial”*.

Finalmente, é importante chamar a atenção para a força mobilizadora do FSM, especialmente em um período – pós-ataentados terroristas de 11 de setembro nos EUA – que se anunciava extremamente desfavorável aos movimentos de contestação contrários à globalização neoliberal. Para examinarmos apenas o evento centralizado, o II FSM, realizado em janeiro de 2002, reuniu cerca de 50 mil pessoas, Dentre essas, cerca de 15 mil delegados(as) vindos de 131 países e representando 5 mil organizações. Para o III FSM existe a expectativa de que esses números sejam duplicados.

² As organizações que compõem o Comitê Organizador, atual Secretaria Internacional do FSM, são as seguintes: Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), Attac-Brasil (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Os debates e as inúmeras atividades do III FSM estarão organizados em torno de cinco eixos temáticos, definidos no âmbito do CI: (1) desenvolvimento democrático e sustentável; (2) princípios e valores: direitos humanos, igualdade e diversidade; (3) mídia, cultura e contra-hegemonia; (4) poder político, sociedade civil e democracia; (5) ordem mundial democrática, contra a militarização e pela paz.

O universo de atividades cobrirá um leque que inclui conferências, painéis, seminários, mesas de controvérsias, oficinas, entre outras. As informações detalhadas são encontradas no endereço do Fórum na internet: www.forumsocialmundial.org.br.

Enfim, o processo do FSM abre uma avenida de oportunidades para o aperfeiçoamento da ação coordenada entre redes, organizações e movimentos civis do mundo inteiro, sem prejuízo

de suas especificidades. Após uma década em que as principais mobilizações da sociedade civil internacional se davam de maneira quase sempre *reativas* – em reuniões e eventos paralelos aos encontros dos organismos multilaterais ou conferências da ONU –, o FSM representa mudança importante no modo de atuar no cenário internacional.

Ao propor um novo ordenamento dos debates, sem a pretensão de esgotá-los ou de trazer “a palavra final”, o processo do FSM confronta as visões convencionais e perturba a *pax americana*. A reforma do sistema de governança global não poderá ser realizada, com o risco de novas frustrações, sem que as inquietações, críticas e propostas expressas no âmbito dos FSM sejam de alguma maneira contempladas. ■